

Política

A infértil lista de prioridades do Brasil

Fernando Exman



Da cadeira na qual estava recostado observando o movimento, o vendedor de mudas, sementes e insumos agrícolas conseguiu avistar do outro lado da avenida o edifício que hoje abriga a Escola Superior de Defesa.

A loja fica em frente ao amplo terreno que já sediou a Escola Superior de Guerra (ESG) e a extinta Escola de Administração Fazendária (Esaf), onde hoje grande parte das atenções devem estar na guerra iniciada com a invasão da Ucrânia pela Rússia. É para lá chegar ele teria apenas que atravessar a via expressa que liga o bairro do Jardim Botânico de ponta a ponta. Caminhada curta, menos de 300 metros, mas precisaria enfrentar a chuva.

Coisas de Brasília. Nesta época do ano, é possível safar-se de uma chuva torrencial apenas mudando de calçada.

É na capital federal, também, onde cidadãos comuns e integrantes dos mais altos escalões da República podem discutir os mesmos assuntos, de acordo com seus respectivos pontos de vista, apenas separados por um muro ou um espelho d'água. Mas, ao menos em relação ao fornecimento de fertilizantes, a preocupação de diversas autoridades com os efeitos da guerra ainda não ultrapassou essas barreiras.

"Não vai faltar fertilizante russo", assegurou, confiante e com a resposta na ponta da língua, o comerciante. "Eles vão parar de vender para os países da Otan, mas não para o Brasil. Não subiu o preço ainda e não vai parar de chegar produto de lá."

Governo lança plano de fertilizantes em momento crítico

A Rússia é fornecedor estratégico do Brasil nesse segmento. O lojista sabe disso. Porém, se atravessar a avenida, talvez mude de opinião.

Isso porque essa tranquilidade não existe no governo e no Congresso, na bancada ruralista, nem entre alguns oficiais das Forças Armadas. Até porque ainda não é possível ter total clareza sobre o impacto das sanções impostas à Rússia pelos Estados Unidos e seus aliados.

A preocupação vai além da inflação. Alerta-se para um potencial cenário de desabastecimento. Em outras palavras, para o risco de maiores dificuldades no acesso a alimentos pelos brasileiros mais pobres: fome.

Diversos governos identificaram esse gargalo para a produção nacional de alimentos, a dependência externa de fertilizantes, mas não o atacaram de forma adequada.

Os primeiros planos nacionais de fertilizantes foram implementados em 1974 e 1995. Segundo dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência, eles demandaram investimentos de US\$ 3,5 bilhões e viabilizaram uma alta de 40% da produção nacional desses produtos entre 1987 e 2005.

Com isso, o Brasil foi quase autossuficiente no início dos anos 1980. Porém, a demanda cresceu muito mais rápido do que a oferta e o país se tornou grande importador de um produto dominado por poucos países e empresas.

O tema voltou a ganhar atenção em meio à alta dos preços de alimentos durante a

crise financeira mundial de 2008. Pouco antes de deixar o Palácio do Planalto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu a auxiliares deixar pronta uma política voltada ao setor. No entanto, diversos ministros estavam se desincompatibilizando para disputar as eleições, algo que se assemelha à situação atual, e o compromisso acabou se perdendo entre outras prioridades do petista.

Eleita, Dilma Rousseff recolocou o assunto sobre a mesa. Inclusive explicitando a intenção de acelerar a exploração de reservas de potássio localizadas na Amazônia — algo hoje condenado por alas da oposição. O projeto tampouco avançou.

Tempo precioso foi desperdiçado pelo atual governo. O Ministério da Agricultura procurou o Palácio do Planalto alertando sobre a necessidade de concepção e implementação de um novo Plano Nacional de Fertilizantes em maio de 2020. Concebeu-se um grupo de trabalho, que começou a se reunir um ano depois. Um novo plano será lançado só agora, nos próximos dias, justamente em meio ao esforço do governo para aprovar na Câmara o projeto que permite a exploração mineral em terras indígenas.

Quem acompanha o assunto espera que o governo aponte a necessidade de ampliação de estudos geológicos e de discussão sobre a atual legislação ambiental, iniciativas que tendem a enfrentar críticas de ambientalistas. Nos últimos meses, autoridades também tentaram fazer uma avaliação sobre a concentração econômica do setor. Além disso, foram estudadas deficiências logísticas para a distribuição de fertilizantes nos Estados do Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Piauí e Pará.

Por outro lado, o Executivo constatou um desperdício de cerca de 40% no uso de fertilizantes no Brasil, decorrente da falta de novas tecnologias de produção e de utilização desses produtos. Número chocante. Por isso, aponta-se a necessidade de desenvolvimento de tecnologias que reduzam custos e aumentem a proteção do meio ambiente.

O Brasil também vai precisar assegurar o fornecimento de gás natural à indústria de fertilizantes e, sob a ótica de autoridades federais, discutir a tributação do setor. Este pode ser um novo ponto de atrito entre o governo Bolsonaro e os Estados, pois o peso do ICMS na composição do preço final do produto é apontado como um vilão. O mesmo que se vê em relação aos preços dos combustíveis.

De forma compreensível, embora lamentável, as tensões pré-eleitorais já começam a atrapalhar as discussões. Como resultado, as bancadas podem se ver impelidas a esperar o posicionamento público dos seus pré-candidatos, para então definirem como irão votar propostas relacionadas ao novo plano. Ninguém no Congresso esqueceu o constrangimento enfrentado pelo PDT quando Giro Gomes suspendeu sua pré-campanha durante a votação da PEC dos Precatórios, para forçar a mudança de postura dos correligionários que haviam apoiado o governo num primeiro momento.

Interesses locais também tendem a ditar o comportamento de deputados e senadores. Novamente o Brasil caiu na armadilha de discutir soluções para problemas estratégicos sob intensa pressão. Desta vez, por se tratar da segurança alimentar da população, o desafio é ainda maior. Afinal, nas contas do próprio Executivo, neste momento o Brasil tem estoques de fertilizantes suficientes somente até outubro.

Fernando Exman é chefe de redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail: fernando.exman@valor.com.br

Indigenistas dizem que projeto de mineração na Câmara é um 'x-tudo'

Daniela Chiaretti De São Paulo

A base governista está requerendo regime de urgência para votar na Câmara dos Deputados o PL 191/2020 que pretende autorizar pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas — e, na análise de indigenistas abre a possibilidade de exploração de petróleo e gás, construção de pequenas centrais e grandes hidrelétricas, além de liberar os territórios para o cultivo de transgênicos.

A justificativa da urgência seria a vulnerabilidade do país à falta de fertilizantes em função da guerra na Ucrânia. Na segunda-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a urgência dará "uma oportunidade de discutir o que tem na reserva indígena". Ele disse defender o pagamento de royalties à indígenas "em terras que podem ser exploradas corretamente, ecologicamente com todas as garantias". Com a exploração mineral nessas terras, Lira disse acreditar que a autossufi-

ciência do país em produção de fertilizantes seria atingida.

Uma análise feita pelo Instituto Socioambiental dos requerimentos minerários cadastrados na Agência Nacional de Mineração (ANM) mostra que atualmente existem apenas 25 pedidos para sais de potássio e fosfato incidentes sobre Terras Indígenas (TIs) em uma área total de pouco mais de 76 mil hectares. Fora dessas áreas, contudo, há 4.336 requerimentos cadastrados na ANM para esses minerais, totalizando mais de 10 milhões de hectares — o equivalente ao Estado de Pernambuco.

"É uma falácia dizer que é preciso liberar a mineração em terras indígenas para resolver a questão dos fertilizantes", disse ao Valor Adriana Ramos, sócia do ISA.

O PL 191/2020 apresentado pelo Executivo pretende regulamentar o que diz a Constituição, no artigo 231 parágrafo 3º: "O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetiva-

dos com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei."

Segundo Juliana de Paula Batista, advogada do ISA, o teor do projeto de lei seria inconstitucional. "Dizemos que é um x-tudo: permite exploração de petróleo e gás nas TIs, pequenas e grandes hidrelétricas e tira a proibição do plantio de transgênicos", diz ela.

O primeiro ponto, diz Juliana, é que "no caso da exploração em terras indígenas, o Congresso tem que autorizar cada requerimento de pesquisa mineral, cada projeto, cada aproveitamento hidráulico. E garantir que as comunidades indígenas sejam ouvidas".

Na sua análise do PL, Juliana observa que o texto fala sobre ter oitivas indígenas apenas para terras indígenas homologadas. "A Constituição não faz esta distinção. Hoje há pelo menos 237 terras indígenas não homologadas no país", diz Juliana.

No caso de terras indígenas não demarcadas, segundo o en-

tendimento da advogada do ISA, o texto do PL prevê liberar a mineração ou uma hidrelétrica em caráter provisório. "Isso se daria sem a autorização do Congresso e sem a oitiva indígena, contrariando a própria disposição constitucional", diz a advogada. "Sem estudo, sem nada. Depois, como se tira uma hidrelétrica de lá?", questiona.

Outro ponto, destaca Juliana, é que o Congresso teria quatro anos após a homologação da terra indígena poder para decidir sobre os projetos. Se não ocorrer avaliação neste prazo, os projetos seriam automaticamente aprovados.

"Outro ponto gravíssimo é que o PL não diz que é preciso garantir a sobrevivência física e cultural dos indígenas, em primeiro lugar", aponta Juliana. "A guerra na Ucrânia é uma cortina de fumaça para aproveitarem este projeto de lei", alerta ela. "Na prática, o PL acaba com as terras indígenas. Porque se vierem grandes minerasoras, hidrelétricas, exploração de petróleo e gás, como os indígenas irão existir?", questiona.

PGE é contra consulta do governo ao TSE

Isadora Peron De Brasília

A Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) defendeu ontem que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não analise uma consulta feita pelo governo Jair Bolsonaro sobre se uma eventual redução nos preços dos combustíveis fere a lei eleitoral. O pedido do governo chegou à corte com a assinatura da Advocacia-Geral da União (AGU), em meados de fevereiro, após uma reunião entre a cúpula do TSE, representantes do governo e líderes do Congresso, como o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O objetivo do grupo era verificar se a aprovação da redução dos impostos sobre combustíveis pelo Congresso poderia ser derubada pelo Judiciário, já que a legislação atual proíbe o governo de conceder novos benefícios em ano de eleição.

Na manifestação, o vice-procurador-geral eleitoral, Paulo Gonet, citou um parecer da área técnica do próprio TSE, que defendeu não ser possível a análise porque a consulta se baseava em um caso concreto. O documento assinalou ainda que já tramitam no Congresso diversas propostas sobre o tema, o que evidenciava que o pedido do governo não tratava de um tema abstrato.

"Mesmo, porém, que se desse por superada a dificuldade de já haver atos concretos abordando o exato tema da consulta, é certo que a indagação, como formulada, ainda é capaz de abranger



Gonet: vice-procurador geral eleitoral opinou contra interesse do governo em consulta ao Tribunal Superior Eleitoral

uma profusão de situações de mais diversas ordens, que podem assumir os mais variados modos de ser e atrair múltiplas situações distintas, não especificadas pelo digno autor, evocativas de soluções diferenciadas entre si", escreve Gonet, para quem "sob esse aspecto, a consulta acaba por se revelar excessivamente vasta para ser conhecida".

O vice-PGE também defendeu

que a admissibilidade da consulta esbarra na jurisprudência do tribunal, que estabelece que esse não é o "instrumento adequado para dirimir questionamentos sobre condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais".

Na consulta, a AGU questionou: "A redução, em ano eleitoral, de alíquota de impostos e contribuições sobre produtos e

insumos, realizada por intermédio de proposição legislativa e medidas posteriores de implementação, fundada em estudos técnicos e econômicos, esbarra na vedação prevista no parágrafo 10 do artigo 73 da lei 9.504, de 30 de setembro de 1997".

O caso está sob a relatoria do ministro Carlos Horbach, e ainda não tem data para ser analisado pelo plenário da corte.

Senado tenta votar hoje pacote de combustíveis

Renan Truffi De Brasília

O Senado deve tentar votar hoje dois projetos que buscam solucionar a alta dos preços dos combustíveis. A apreciação do "pacote", no entanto, ainda depende de negociações finais entre a Casa e o ministro da Economia, Paulo Guedes — o que está previsto para acontecer hoje de manhã. Partidos de centro, como o PSDB, resistem à mudança na política de preços da Petrobras, proposta que consta no bojo do projeto de lei 1472, de 2021, e desagrada principalmente a equipe econômica. Mas até mesmo legendas da base aliada, como o PL, já admitem apoiar as propostas.

Além do PL 1472, que estabelece um sistema de equalização de tarifas, o chamado "pacote de combustíveis" é formado pelo

projeto de lei complementar (PLP) 11, de 2020, que trata de alterar a cobrança monolítica do ICMS sobre os combustíveis. Num movimento que contraria o Ministério da Economia, no entanto, o relator das propostas, senador Jean Paul Prates (PT-RN), está articulando para garantir que o primeiro tenha preferência sobre o segundo. Ontem, Prates chegou a pedir que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), invertesse a ordem da pauta de votações.

Diante das divergências, está previsto um encontro, na manhã de hoje, entre Pacheco, o senador do PT e o ministro Paulo Guedes. "O governo quer exatamente o contrário do que eu quero. Querem priorizar o acessório [PLP 11] e não o principal [PL 1472]. Se tiver que adiar alguma coisa, adia o PLP. Eu acho que eles [Ministério da Economia] estão co-

meçando a entender que existem várias ondas [a favor dos projetos]", argumentou Prates.

A divergência opõe também os partidos de centro do Senado. O líder do PSDB na Casa, Izalci Lucas (DF), admitiu ao Valor que o consenso na bancada, formada por seis senadores, é maior em relação às mudanças no ICMS. Já o PL 1472, explicou o parlamentar, pode não ter o mesmo apoio.

O líder do PL, senador Carlos Portinho (RJ), por sua vez, garantiu que vai encaminhar a favor de ambas as propostas, mesmo que o Executivo esteja negociando a criação de um programa de subsídios para os combustíveis. Na avaliação dele, o Palácio deveria "esperar" os senadores antes de tomar qualquer decisão.

Além disso, Jean Paul assegurou ontem que não pretende fazer "mudanças estruturais" em seu texto final. "O que eu vi ali

[nas emendas] é que não tem nada de estrutural. Não tem grande coisa de mérito", disse.

Uma das emendas apresentadas é a da senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), que sugere reduzir os impostos federais que incidem sobre o querosene de aviação até 31 de dezembro deste ano. Como a senadora integra a base aliada e é próxima do Palácio do Planalto, a proposta está sendo vista, nos bastidores, como um texto governista. A ideia, no entanto, vai contra o que defende a equipe econômica. A emenda dela diz, por exemplo, que os valores das contribuições para o PIS/Pasep e para a Cofins ficam reduzidos a R\$ 0,48 e R\$ 2,25, por metro cúbico de querosene de aviação, até o fim do ano de 2022.

Apesar disso, a tendência, por enquanto, é que a emenda seja rejeitada pelo relator do pacote.

Assine Valor

Ligue e assine agora:
0800 7018888

assinevalor.com.br